

PROTOCOLO DA CULTURA PARA DESASTRES NATURAIS E CATÁSTROFES AMBIENTAIS

As mudanças climáticas atingem o planeta como um todo e também já fazem parte da realidade do Brasil. Ao longo dos anos temos assistido o aumento das ocorrências de desastres naturais pelo país. São inúmeras as chuvas intensas que causam deslizamentos; as secas que causam desabastecimento de água nos municípios, principalmente nas regiões norte e nordeste do país; enchentes históricas nas regiões sudeste e sul, além do processo de savanização das florestas que acarretam o aumento das temperaturas. Normalmente a maioria dos desastres no Brasil estão relacionados com instabilidade atmosférica que acarretam inundações, vendavais, tornado, chuva de granizos e deslizamentos de terra.

São muitos os casos de desastres naturais e de catástrofes ambientais que ocorreram e ocorrem no país, e sempre, nestes momentos, como não poderia deixar de ser, os agentes culturais, comprometidos com causas sociais, se unem aos esforços humanitários, para prover o acolhimento que as pessoas necessitam quando estão diante destes acontecimentos.

Neste sentido, o Protocolo da Cultura, foi pensado e proposto, por organizações de cultura de base comunitária, reconhecidas como pontos de cultura, que estavam vivenciando a tragédia que ocorreu em 2011 na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, considerada uma das maiores catástrofe climática do Brasil. De acordo com os dados oficiais do Governo do Estado, a tempestade matou 918 pessoas, deixou 30 mil desalojados e, de acordo com o Ministério Público Estadual, ao menos, 99 vítimas seguem desaparecidas até hoje.

Os pontos de cultura, por serem organizações de base comunitária, e estarem no cotidiano de suas comunidades acabam por se tornar referência para as comunidades onde estão inseridas. É comum, em desastres naturais e catástrofes ambientais, e agora mais recentemente em situações de pandemia, vemos pontos de cultura realizando ações emergências para: contribuir com o cuidado dos e das moradores de suas comunidades, coletar e distribuir cestas de alimentos e kits de higiene e de proteção, entre outros.

Na experiência vivenciada pela rede de pontos de cultura da região serrana foi possível verificar a importância da realização de:

- ações sócio culturais nos abrigos para as pessoas que estavam desalojadas, em especial para o público infanto-juvenil;
- ações de comunicação para informar aos parentes e pessoas interessadas sobre a situação dos e das moradoras do local, tendo sido possível apenas para as organizações que tinham gerador;
- ações de coleta e distribuição de alimentos, roupas e itens de higiene, pois são inúmeras as doações para serem encaminhadas aos postos de atendimento;
- ações de cuidado coletivo provendo o cuidado com a saúde mental das pessoas, pois na rede existem muitos coletivos de saúde comunitária.

Neste sentido seria preciso aprofundar a importância de prover uma estrutura básica para que essas organizações tenham em seus equipamentos: gerador a diesel para quando faltar luz podermos usar uma outra alternativa energética, energia solar nas sedes das organizações, antena gesac para possibilitar acesso a internet via satélite, aquisição de rádio PX para possibilitar a comunicação e recursos para atividades sócio culturais nos abrigos.

Diante do exposto, apresentamos ao Ministério da Cultura, durante a Teia Rural realizada em 2013 na região região serrana, a importância de se iniciar um processo de consulta através de reuniões e/ou seminários que permitisse aprofundar a reflexão sobre a criação de um Protocolo da Cultura para desastres naturais e catástrofes ambientais. Certos que a rede de organizações de base comunitária do país, em especial, a rede nacional de pontos de cultura, podem contribuir com a realização de ações humanitárias e com o aprofundamento deste importante debate.

Rede de Pontos de Cultura da Região Serrana

Claudio Paolino e Marjorie Botelho (Coordenadora do Ecomuseu Rural)